



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **3 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 5 de janeiro de 2013

O ESTADO DE SÃO PAULO

Indústria recua três anos, diz IBGE 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Dilma terá metas para ministérios 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Fundo cobre rombo fiscal 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO Indústria recua três anos, diz IBGE	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Resultado ruim de novembro provoca dúvidas sobre recuperação da economia

Daniela Amorim/RIO

A **produção** industrial caiu 0,6% em novembro em relação a outubro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além da queda de novembro, o IBGE divulgou uma revisão dos dados de outubro. A alta de 0,9% na **produção** em outubro foi corrigida para um crescimento de apenas 0,1%, o que confirma um cenário de pouco dinamismo na indústria.

A queda de novembro reforça o quadro de fragilidade da indústria, embora tenha sido menos acentuada do que o **mercado** esperava. Com a queda de novembro, é como se a **produção** tivesse recuado três anos.

Em novembro, 16 dos 27 setores analisados pelo IBGE registraram queda, com destaque para as perdas das indústrias extrativas (-6,7%) e dos veículos automotores (-2,8%). A **produção** de bens de capital também caiu, mostrando que não houve uma retomada dos investimentos.

Economistas alertam que o desempenho da indústria aponta para um quarto trimestre fraco da economia, confirmando as previsões que o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deve fechar abaixo de 1% em 2012.

"No último trimestre, a recuperação que a gente esperava não aparece. Ela não só foi postergada como aumentaram as incertezas sobre quando aparecerá, se será nos primeiros meses de 2013 ou não. Não há nada que permita dizer que ela vai acontecer no início do ano", disse Rogério César de Souza, economista do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial.

IPI. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) beneficiou a **produção** dos setores contemplados - automóveis, eletrodomésticos da linha branca e artigos de mobiliário -, mas não teve força suficiente para

forçar um crescimento mais robusto na indústria nacional em 2012. "A palavra "robusta" a gente pode claramente descartar", afirmou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE.

A redução do IPI fez com que a categoria de bens de consumo duráveis apresentasse desempenho distinto do setor industrial como um todo.

Enquanto os bens duráveis apontaram avanço de 9,4% em outubro e novembro, na comparação com o mesmo período de 2011, o total da indústria cresceu apenas 0,8%. Já a categoria de bens de capital caiu 7,7%. "A redução de IPI fica um pouco restrita aos setores em que está inserida. A medida traz algum tipo de benefício, em função do encadeamento de alguns setores industriais, mas que não acaba tão disseminado na **produção** industrial" disse Macedo.

No ano, a indústria registra uma perda de 2,6%. Embora tenha havido movimento de ajuste nos estoques, outros fatores impedem uma recuperação mais vigorosa. "Temos o endividamento das famílias, a recuperação mais lenta da expectativa dos empresários, o cenário adverso do **mercado** internacional que afeta a perspectiva de investimentos, e **mercados** internacionais **importantes importando menos**", citou o gerente do IBGE.

No bimestre outubro-novembro, houve aumento na **produção** de automóveis (17,7%), eletrodomésticos (9,1%) e artigos de mobiliário (7,0%), em relação ao mesmo período de 2011. "Não, temos claramente uma trajetória de recuperação. O movimento é bem irregular, com forte influência da redução de IPI", disse Rafael Bacciotti, da Tendências Consultoria.

Ao mesmo tempo, houve queda na **produção** de caminhões, que voltou a impactar a fabricação de bens de capital. O setor de automóveis e autopeças teve redução de 7,5% em novembro em relação ao mesmo mês de 2011. A **produção** de bens de capital caiu 10,3%.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma terá metas para <u>Ministérios</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para tentar marcar a segunda metade do seu governo pela eficiência, Dilma criará metas e cobrará resultados de todos os Ministérios. O controle será semelhante ao de empresas privadas, com visão de longo prazo dos planos quinquenais da China.

Dilma mira eficiência

Presidente criará metas para Ministérios, inspirada no setor privado e em planos da China

Vivian Oswald

Cobrança. Dilma Rousseff: muitas promessas ainda não foram cumpridas

Choque de gestão

BRASÍLIA A presidente Dilma Rousseff quer marcar a segunda metade do seu mandato pela eficiência e criar metas concretas para cobrar resultados efetivos de todas as pastas da Esplanada dos Ministérios. Para isso, deu até o fim de fevereiro para que apresentem compromissos realistas e indicadores da evolução de cada uma das áreas. A ideia é criar um sistema semelhante ao que já existe em grandes empresas privadas, mas com a visão de longo prazo dos planos quinquenais da China.

Os planos feitos pelos ministros de Dilma deverão ser avaliados pela presidente de modo que, até o final deste semestre, já se possam desenhar a estratégia e as metas a serem perseguidas pelas diversas áreas do seu governo. A gestão é um dos temas que a oposição pretende levar para o embate eleitoral nas eleições presidenciais em 2014.

A presidente já determinou que as áreas de infraestrutura façam um grande mapa dos investimentos que devem acontecer e como deverão ser os resultados. O mesmo deverá ser feito nos segmentos de saúde e educação, que terão metas e regras mais claras para serem cumpridas.

Hospitais e escolas monitorados

Nem mesmo a economia, que já está atrelada a metas anuais, escapará dos olhos de Dilma. Além do Ministério da Fazenda, o Desenvolvimento terá de ter seus compromissos. Em 2012, a balança comercial registrou o pior resultado dos últimos dez anos. Entre algumas das propostas em análise

estariam a de inclusão de metas para o aumento da participação brasileira nas exportações mundiais, bem como o incremento das áreas de inovação e tecnologia.

Muitas promessas de campanha de Dilma para a economia ainda não saíram do papel. Os chamados gargalos na infraestrutura brasileira e o baixo crescimento econômico até agora foram alguns dos problemas da presidente, apresentada ao país como a gerente do popular governo Lula.

Levantamento feito pelo GLOBO e publicado no dia 29 de dezembro mostra que, das 46 promessas mensuráveis contidas no texto "Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira", 24 caminham em ritmo lento e 22 estão em ritmo bom. O combate à miséria e a manutenção das taxas de emprego são os pontos mais fortes. Mas entre as dez promessas mais importantes, considerando-se a ênfase dedicada a elas na campanha eleitoral ou seu impacto social, a maioria está longe de ser cumprida. É exatamente esse quadro que a presidente pretende alterar até o fim do seu mandato, para confirmar a sua imagem de boa gestora.

Este ano também deve começar a funcionar um grande plano de monitoramento em tempo real de áreas consideradas delicadas e estratégicas pelo governo. Informações recolhidas a partir de câmeras instaladas em hospitais e escolas, por exemplo, além de números que serão acompanhados com lupa por uma equipe designada pelo Governo Federal para cuidar exclusivamente desse acompanhamento, deverão abastecer um sistema informatizado ao qual o Palácio do Planalto tem acesso. A partir desse novo programa, que deve ficar pronto ainda este ano, o Executivo terá como saber se médicos de hospitais federais e peritos do INSS estão atendendo muito ou pouco e se estão cumprindo a escala de trabalho.

Será, ainda, possível monitorar se os recursos públicos estão chegando às escolas e como são gastos. O que o Palácio quer é incluir nesse sistema cada vez mais serviços prestados à população. Este é considerado um dos principais desafios do país e a maior queixa dos brasileiros.

Saúde É problema para classe média

O contingente adicional de 37 milhões de pessoas incorporadas à classe média brasileira - estimada em 104 milhões de pessoas este ano - impôs ao **Governo Federal** o desafio de adequar as políticas públicas e os serviços oferecidos pelo Estado aos novos interesses de uma camada crescente da população, mais exigente, que já é maioria (53%) e pode decidir uma eleição. O orçamento maior no fim do mês trouxe o desejo de consumir serviços privados e chancelou a percepção de que a qualidade desses mesmos serviços fornecidos pelo Estado está muito aquém das necessidades do cidadão.

O grande hiato de qualidade estaria sobretudo na saúde. Essas pessoas já preferem pagar pelas escolas dos filhos ou recorrer a hospitais particulares. E não abrem mão do plano de saúde. Enquanto 5% da classe baixa possuem planos de saúde, esse percentual sobe para 24% na classe média. Esta é uma das conclusões do caderno "Vozes da Classe Média", da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Fundo cobre rombo fiscal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pela 1ª vez, o governo resgatou R\$ 12,4 bi do Fundo Soberano para fechar a meta fiscal de 2012.

Fundo soberano tem agora só R\$ 2,9 bilhões

Para cumprir meta de superávit, foram resgatados R\$ 12,4 bi

Lucianne Carneiro

Cristiane Bonfanti

RIO e BRASÍLIA O patrimônio líquido do Fundo Soberano do Brasil (FSB) é hoje de apenas R\$ 2,9 bilhões. No dia 31 de dezembro, foi feito um resgate de R\$ 12,4 bilhões para ajudar no cumprimento da meta de superávit primário (economia para pagamento dos juros da dívida), como confirmou ontem o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Quando foi criado, em dezembro de 2008, o FSB era de R\$ 14,2 bilhões. E sua carteira tinha investimentos bem concentrados: em junho de 2012, 68,11% do patrimônio eram ações da Petrobras - que acumulam queda de 28,06% (ONs) e 20,23% (PNs) desde o fim de 2010 -, 8,8% eram papéis do Banco do Brasil e 22,95% eram títulos do Tesouro. O fundo foi um dos participantes da capitalização da Petrobras.

- O ideal de um fundo soberano é que aplique os recursos em outros países, comprando participações em empresas ou investindo em projetos de infraestrutura. Mas o que se vê pelo patrimônio hoje do FSB é que não foram feitas boas escolhas. Temos um valor pequeno para uma taxa de juros que cresceu muito. O fundo deveria estar mais bem capitalizado, não foi bem gerenciado - diz o economista da Tendências Consultoria Silvio Campos Neto.

As aplicações de fundos soberanos são geralmente em projetos de médio e longo prazo, muitas vezes no exterior. Mas também ocorre de eles serem usados para financiar governos, resgates ou pensões, segundo Michael Maduell, presidente do Instituto de Fundos Soberanos, uma organização que estuda o tema, com sede nos Estados Unidos.

Ele cita, no entanto, países em situação grave. Na Irlanda, os recursos foram usados para resgatar dois bancos. Já na Espanha, quase 90% das reservas têm sido usadas,

segundo Maduell, para comprar títulos emitidos pelo próprio país.

Para o diretor da EPGE/FGV Rubens Penha Cysne, o FSB não está exercendo um papel de fundo soberano:

- O fundo tem sido usado como estabilizador do superávit. É um fato controverso, mas não é exatamente ruim.

Na operação feita em dezembro, R\$ 8,84 bilhões entraram nos cofres públicos por meio da compra, pelo BNDES, de ações da Petrobras que estavam com o FSB. Os demais R\$ 3,56 bilhões vieram de operações em mercado realizadas pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), onde ficam depositados os recursos do FSB.

- Nós baixamos uma parte do valor (do FSB), que vai para o superávit primário. Tem, sim, um resgate para o primário de R\$ 12,4 bilhões. Assim como ele foi antes uma despesa, agora volta como uma receita - disse Augustin.

Cingapura é exemplo

Professor da Universidade de Bristol, na Inglaterra, e estudioso de fundos soberanos, Adam Dixon afirma que esses recursos podem ser usados para vários propósitos, mas que é importante que o mandato de um fundo soberano seja claro e focado em um objetivo específico:

- A grande questão é o que o Brasil quer fazer com seu fundo soberano. No momento, parece que o fundo é simplesmente uma conta do balanço do governo e não há um gerente que possa executar um mandato de investimentos nos mercados estrangeiro e doméstico.

Segundo Dixon, o FSB poderia, por exemplo, ter estratégia semelhante aos fundos de Cingapura e França, transformando-se em um investidor estratégico na indústria brasileira.